

1 Introdução

O volume de resíduos domésticos produzidos em todo o mundo aumentou três vezes mais do que a sua população nos últimos 30 anos. O crescimento do uso de embalagens descartáveis, a cultura do consumo e o desperdício são responsáveis pelo descarte de 30 bilhões de toneladas de resíduos sólidos no planeta todos os anos.

Segundo o CEMPRE (Maio 2004), a produção média de resíduos sólidos urbanos no Brasil esta na ordem de 0.7kg/hab.dia, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo chegam a gerar 1 kg/hab.dia, desta forma, são descartados diariamente 140.000 toneladas, nem sempre em locais adequados. Deste total, 76% acabam em lixões (área de depósito de resíduos urbanos sem tratamento), acarretando a contaminação do solo, dos mananciais, além de aumentar significativamente a ocorrência de zoonoses.

Desta forma a filosofia dos 3Rs, ou seja, reduzir, reutilizar e reciclar, tratando o problema em sua origem, vem sendo um procedimento permanente, buscando a minimização desta situação.

A reciclagem, como todo processo também pode gerar resíduo e muitas vezes, exige grandes investimentos. Porém, mesmo com estas restrições, apresenta-se como a melhor solução. Segundo CALDERONI (1997) "O Brasil poderia economizar US\$ 10 bilhões por ano se reciclasse os resíduos domiciliares".

Deve-se considerar também a falta de regulamentação e de ações que busquem incentivar a produção de bens recicláveis, principalmente os oriundo de embalagens pós consumo, prejudicando a implantação de projetos que visam a preservação, manutenção e recuperação do meio ambiente e de seu ecossistema, ao qual estamos profundamente inseridos.

A necessidade da implantação de uma política nacional para gestão de resíduos urbanos é premente não podendo ser postergada. Esta é uma discussão que ocorre a mais de uma década no Congresso Nacional, sem contudo se concretizar em medidas específicas.

Em 2001, com a criação da Comissão Especial de Resíduos Sólidos na Câmara dos Deputados, foram analisados 74 projetos de lei, em tramitação

desde 1991, tendo tido a participação de diversos setores da sociedade na elaboração do texto final.

Entre as propostas do documento estão a classificação dos resíduos quanto à origem (industrial, saúde etc.) e natureza (perigosos ou não), as formas de gerenciamento, as atribuições de responsabilidades pelo destino final e o estabelecimento de políticas de incentivos fiscais para a reciclagem.

Como o projeto de lei não foi votado em 2002 e seu relator, o ex-deputado federal Emerson Kapaz, não se reelegeu, fez-se necessário a elaboração de um novo projeto, esperando-se que sua votação deva estar concluída ainda em 2005.

No Brasil a prática da reciclagem ainda apresenta-se de forma incipiente, mas o cenário indica sinais de melhora. Segundo o CEMPRE (2004), no Rio de Janeiro, por exemplo, a participação dos plásticos corresponde em média a 7% do lixo; já na cidade de Curitiba estes representam índices próximos a 6%. Destes percentuais, o PET (plástico resistente usado em embalagens de refrigerantes, água e sucos, entre outros) representa 17%,

Segundo a ABIPET (2004), cerca de 141.000 toneladas destas embalagens usadas foram recicladas em 2003, registrando um crescimento de 18% em relação ao ano anterior. A entidade calcula que, até o final de 2004, o volume de reciclagem deva crescer de 15% a 20%, em função das políticas de incentivo à coleta seletiva executadas por associações de catadores em conjunto com as prefeituras.

Apesar da implantação dessas políticas, que ainda são casos pontuais, o quadro necessita ser melhorado. Segundo ABIPET, em 2003, o Brasil consumiu 330.000 toneladas de resina PET na fabricação de embalagens. A demanda mundial é de cerca de 6,7 milhões de toneladas por ano.

Observa-se que os dados referentes à produção x reciclagem, indicam que, somente em 2003, a diferença encontra-se na ordem de 189.000 toneladas. Considerando que cada embalagem pesa em média 50g e que seu descarte é praticamente imediato, conclui-se que somente neste setor foram descartadas, aproximadamente 3,6 bilhões de embalagens no meio ambiente.

Novas alternativas para reutilização destas embalagens pós-consumo necessitam ser propostas, de modo a evitar o descarte em aterros sanitários e no meio ambiente (Figuras 1 e 2), onde, por não serem de rápida decomposição (ocorre em aproximadamente 400 anos), acarretam problemas de ordem operacional nos aterros sanitários, dificultando a compactação da parte orgânica,

além da significativa perda econômica e social, uma vez que a indústria da reciclagem gera empregos e usa mão-de-obra de baixa qualificação.

O conhecimento das características tecnológicas dos resíduos aumenta a possibilidade de utilização dos produtos confeccionados com estes materiais, além da redução da geração de resíduos mais danosos que os originais, uma vez que todo processamento gera resíduo.



Figura 1 - Foto Praia de Icaraí, Niterói – Fonte Clin/2000.



Figura 2 - Foto Praia de Icaraí, Niterói – Fonte Clin/2000.